

Recorrendo a T.H. Marshall para dialogar com Hilda Sabato

Using T.H. Marshall to dialogue with
Hilda Sabato

Bernardo Ricupero

Professor no Departamento de
Ciência Política da Universidade de
São Paulo
e-mail: bernardoricupero@uol.com.br

Resumo

O trabalho parte do artigo de Hilda Sabato, "Soberania popular, cidadania, e nação na América Hispânica: a experiência republicana do século XIX", para discutir as bases sociais da cidadania na América Latina. Recorre então a T.H. Marshall para ressaltar a tensão entre a igualdade de direitos, presumida pela cidadania, e a desigualdade social. Finalmente, sugere que o artigo de Sabato pode ajudar a compreender essa tensão em termos históricos.

Abstract

Using as a starting point Hilda Sabato's article, "Popular Sovereignty, Citizenship, and Nation-Building in Nineteenth Century Spanish America: The Republican Experiment", the paper discusses citizenship's social basis in Latin America. It also make's use of T.H. Marshall to emphasize the tension between equality of rights, associated with citizenship, and social inequality. Finally, it suggests that Sabato's work can help understand this tension historically.

Palavras-chave

América Latina, cidadania, historiografia

Keywords

Latin America, citizenship, historiography

Sou aqui uma espécie de peixe fora da água: um cientista social em meio a historiadores. Confesso, porém, que a situação me agrada, já que o que mais me interessa são as interações entre ciências sociais e história.

Assim, não poderia deixar de me chamar a atenção a arguta observação de Hilda Sabato, em "Soberania popular, cidadania, e nação na América Hispânica: a experiência republicana do século XIX", de que as ciências sociais tinham, na década de 1960, uma dimensão latino-americana, ao passo que a história se contentava então com os espaços mais tradicionais da nação. Mais: tal perspectiva se inverteu nos últimos anos; é a história que sente, cada vez mais, a necessidade de buscar as conexões latino-americanas dos problemas de que se ocupa, ao passo que as ciências sociais aceitam limitar sua investigação ao campo nacional.

Os comentários de Sabato me fizeram lembrar outro momento de encontro e desencontro entre a história e as ciências sociais. É interessante como Marc Bloch e Lucien Febvre foram estimulados a apontarem novos caminhos para a história pelas inovações que eram realizadas nas ciências sociais por Émile Durkheim e outros. Mais tarde, as ciências sociais não deixaram de ser influenciadas pela história. Esperemos que o mesmo continue a ocorrer na América Latina.

Marco da nova historiografia latino-americana é *Modernidad e independencia: ensayos sobre las revoluciones hispánicas*, de Francisco Xavier Guerra.¹ No livro, o historiador franco-espanhol insiste em que as revoluções das quais trata se deram no quadro da monarquia hispânica em "sus dos pilares, el español y el americano".² Sofreriam, portanto, de anacronismo os variados esforços de criação de historiografias nacionais na Europa e na América, do qual foi pródigo o século XIX. Nesse sentido, os acontecimentos revolucionários nos dois continentes não deveriam ser entendidos como externos, mas como interligados.

Essa nova historiografia é, além do mais, especialmente política e cultural. Mais do que as estruturas econômico-sociais, antes privilegiadas, se busca entender as escolhas que os homens fizeram e os significados que deram a elas. Tal perspectiva de análise não deixou de encontrar um terreno fértil nas transições do autoritarismo que a América Latina viveu nos anos 1980. Se os golpes da década de 1960 pareciam ter causas estruturais, já as transições foram levadas adiante especialmente devido à agência daqueles que estiveram envolvidos com elas.³

Na linha da melhor historiografia latino-americana recente, um dos grandes méritos de "Soberania popular, cidadania, e nação na América Hispânica: a experiência republicana do século XIX" está em realçar os traços comuns da experiência de cidadania na Ibero-América do século XIX. É particularmente relevante destacar como a opção das ex-colônias da Espanha pela forma de governo republicana estava longe de ser óbvia e se chocava com a orientação predominante na Europa da Restauração em favor da monarquia. Nesse sentido, é bastante sugestivo o comentário de que a América hispânica se constituiu num verdadeiro laboratório político, onde foram levados avante experimentos bastante ousados em matéria de governo.

Sabato está, entretanto, plenamente consciente de que a decisão de realizar uma análise de história comparada traz certos riscos; em especial, a tendência de, ao destacar os traços comuns, perder de vista as particularidades dos diferentes casos ibero-americanos e talvez ainda mais importante, deles em relação a outras experiências, em particular, a européia. Não

1
GUERRA, Francisco Xavier. *Modernidad e independencia: ensayos sobre las revoluciones hispánicas*. México D.F.: Fondo de Cultura Económica, 1993. (A primeira edição é de 1992). Sobre a importância do livro, ver: PALTÍ, Elías José. Recent studies on the emergence of a public sphere in Latin America. *Latin American Research Review*, vol. 36, n.02, 2001.

2
GUERRA, Francisco Xavier. Op.Cit., p.11.

3
A análise de Guerra, em especial, apresenta afinidade com a historiografia revisionista da Revolução Francesa, que tem em François Furet seu principal nome. Como indicou Alan Knight em polêmica com Guerra depois da publicação de sua tese de doutorado, *Le Mexique de l'Ancien Régime à la Revolution*, já nesse trabalho, dedicado à busca dos antecedentes da Revolução Mexicana de 1910, era privilegiada a história política e cultural em detrimento da econômica e social, além de ser destacada as continuidades ao invés das rupturas, como o título tocqueveliano indica. Ver: KNIGHT, Alan. *Le Mexique de l'Ancien Régime à la Revolution*. *Hispanic American Historical Review*, vol.68, n.01, 1988; GUERRA, François Xavier e KNIGHT, Alan. Communications. *Hispanic American Historical Review*, vol.68, n.02, 1988. Os primeiros trabalhos de Sabato, por sua vez, foram importantes estudos de história econômica. Mais recentemente, entretanto, ela tem se dedicado à história política.

deixa de ser curioso notar que esse é um perigo normalmente associado às ciências sociais – afeitas às grandes generalizações – ao passo que a história costuma se preocupar em dar atenção às particularidades constitutivas das variadas experiências.

Um comentário adicional que se pode fazer diz respeito à própria opção das revoluções de independência hispano-americanas pela república. A escolha das ex-colônias de Espanha por essa forma de governo é notável. Por outro lado, a monarquia não era uma possibilidade inteiramente descartada. Além da decisão da América portuguesa de adotar tal forma de governo, o México em dois momentos – logo depois da independência, em 1822, com o general Augustin Iturbide e, em 1867, quando os conservadores recorreram aos préstimos do príncipe austríaco Maximiliano – chegou a ter imperadores. Mesmo na região do Prata, o Congresso de Tucumán, de 1816, considerou a possibilidade de oferecer o poder a um descendente da realeza inca. E até o prócer da independência, Simon Bolívar, ao ser convidado a escrever a constituição do país que leva seu nome, imaginou a fórmula de uma quase monarquia eletiva, estabelecendo um mandato vitalício para o presidente, que teria inclusive o direito de nomear seu sucessor.

Ou seja, nem a opção monárquica nem a opção republicana eram inevitáveis. Na verdade, ter se escolhido o governo republicano quando se poderia ter optado pelo governo monárquico só aumenta o significado dessa opção, reforçando o argumento a respeito da audácia da escolha.

Contudo, mais importante do que a opção republicana é, como mostra Sabato, que o fim do Antigo Regime leva, dos dois lados do Atlântico, a mudanças em relação ao corpo político. Nessa transformação tem importante papel a concepção liberal de nação; entendida, na formulação do Abade Siéyes, como “um corpo de associados vivendo sob uma lei *comum*, e representado pela mesma *legislatura*”.⁴ Se procura, assim, substituir a hierarquia pela igualdade de direitos como base de organização política. Ou, em outras palavras, se deseja que cidadãos tomem o lugar de súditos.

O artigo indica sugestivamente como essa concepção liberal de cidadania convive, na Ibero-américa, com referências republicanas, por exemplo, a milícia e o ideal do “povo em armas”. Também é muito perspicaz a percepção de que, nas últimas décadas do século XIX, a linguagem dos interesses vai tomando o lugar da linguagem da unanimidade e, concomitantemente, referências democráticas vão ocupando o espaço de referências republicanas.

Mas a leitura do trabalho de Sabato me sugeriu um interlocutor que talvez pareça curioso: T.H. Marshall.⁵ É verdade que o trabalho clássico do sociólogo inglês sobre cidadania tem, há algum tempo, sido muito criticado.⁶ Seus críticos alegam, sobretudo, que a linearidade que imagina na extensão das três gerações de direitos – de civis, no século XVIII, a políticos, no século XIX, a sociais, no século XX – diz respeito especialmente (se não exclusivamente) à Inglaterra. Talvez ainda mais importante, a ofensiva, a partir dos anos 1980, de governos de direita e, antes, a crítica de autores neoconservadores aos direitos sociais indicam que a cidadania não é o efeito irreversível de um processo evolutivo, mas o resultado contingente de conflitos levados a cabo por diferentes grupos sociais. Em outras palavras, mais do que algo fixo, objetivo, a cidadania é uma construção histórica.

“Soberania popular, cidadania, e nação na América Hispânica: a experiência republicana do século XIX”, por sua vez, numa orientação diferente de *Citizenship and social class*, pensa principalmente na dimensão política

4
SIÉYES, Abade. Qu'est-ce que le Tiers État. In: SOBOUL, Albert. 1789 – L'an un de la liberté. Paris: Messidor, 1988. p.58.

5
MARSHALL, Thomas Humphrey. *Citizenship and social class*. London: Pluto Press, 1992.

6
Ver, por exemplo: TURNER, Bryan (ed.). *Citizenship*. London: Routledge, 1993.

7

Em trabalho anterior, a autora questiona diretamente *Citizenship and social class*: "lejos de producirse un proceso gradual de ampliación de ese derecho (político) a partir de una ciudadanía restringida por requerimientos de propiedad o calificación, como prescribe el modelo marshalliano, en buena parte de Iberoamérica la independencia introdujo un concepto relativamente amplio de ciudadano, que tendía a incluir a todos los varones adultos, libres, no dependientes, lo que lo acercaba más al *citoyen* de la Francia revolucionaria que al ciudadano propietario propuesto por Locke". SABATO, Hilda. Introducción. In: *Ciudadanía política y formación de las naciones: perspectivas históricas de América Latina*. México, D.F.: Fondo de Cultura Económica, 2002.

8

ALBERDI, Juan Bautista. *Un papel popular*. La Moda. Buenos Aires: Guillermo Kraft Ltda., 1938. p.175.

9

Ibidem, p.177.

da cidadania. O artigo de Sabato serve inclusive para desmentir a seqüência na expansão de direitos imaginada por Marshall.⁷ No entanto, possivelmente ainda mais importante do que a presumida linearidade na extensão de direitos seja, no argumento de Marshall, o contraste que sugere existir entre a cidadania como fundamento da comunidade política moderna, o Estado-Nação, e o que o precedeu, uma ordem sócio-política baseada no status.

Nesse ponto, em especial, parece-me que o raciocínio de Marshall talvez possa nos ajudar. Mesmo que se aceite a existência de uma autonomia relativa da política, cabe perguntar até que ponto, no século XIX, as sociedades ibero-americanas se assemelhavam às européias. Ou melhor, é bem sabido que as permanências do Antigo Regime foram mais fortes nas ex-colônias do que nas ex-metrópoles. Em particular, apesar das mudanças políticas resultantes da independência, boa parte da estrutura econômica e social do tempo da colônia não se alterou desse lado do Atlântico.

Devido a essa situação, mesmo que o número daqueles que podiam votar na Ibero-américa do século XIX não fosse muito diferente do da Europa, certas aspirações, como a criação de uma opinião pública, tinham mais dificuldade de se realizar. Até porque a opinião pública está relacionada à existência de uma esfera pública burguesa, entendida, nos termos de Jurgen Habermas, como um domínio situado na interseção entre o Estado e a sociedade civil. É nesse terreno, transcendendo o âmbito privado, que se deve realizar o controle crítico da política por parte de um público que faz uso da razão e não aceita mais o argumento da autoridade.

Alguns ibero-americanos não desconheciam os obstáculos a que se tinha de fazer face para constituir tal esfera. Juan Bautista Alberdi, por exemplo, em razão das dificuldades que enfrentou *La Moda*, publicação criada pela "geração de 1837" argentina, escreve um irônico artigo intitulado: "Un papel popular". Nele, confrontado com o argumento de que seria necessário escrever para o povo, decide fazer o que os marqueteiros de hoje chamam de pesquisa qualitativa, ou seja, reúne "un pueblo en miniatura". Esse "pueblo en miniatura" consiste de "un comerciante, esto es un tendero; un pulpero, esto es, un no comerciante, según los tenderos; y un artesano, un zapatero".⁸ Também são consultados uma dona de casa e um letrado à antiga, formado na Universidade de Córdoba. Depois da pesquisa qualitativa, conclui que para "hacer de nuestro papel impopular un papel popular", deve-se escrever "un día de chismes, otro día de becerras, otro de indecencias de pulperos, otro de zarazas, casos; y así, de cosas todas de un interés tan evidentemente popular, cuanto que ha sido confesado por hora misma del pueblo". Por trás da ironia do artigo, se nota que alguns letrados passam a nutrir desconfiança do público mais amplo: "el pueblo, es decir, la gente que no sabe ni piensa, es el legislador infalible que nosotros le comprendemos".⁹

O problema não deixa de se apresentar para outros escritores da época. Domingo Faustino Sarmiento, por exemplo, quando era diretor de *El Progreso*, de Santiago, queixa-se de que Boston, cidade de 80 mil habitantes em 1834, possuiria 90 publicações periódicas, das quais, 43 seriam diários, enquanto o Chile, país já com mais de um milhão de habitantes em 1841, só contaria com um jornal cotidiano. Por sua vez, José de Alencar, já em 1872, no seu último trabalho crítico importante, o prefácio a *Sonhos d'ouro*, que chamou de "Bênção paterna", chega a reagir aos que o acusam de escrever motivado por recompensas financeiras, lembrando que "não consta

10

ALENCAR, José de. Benção paterna. In: _____ *Sonhos d'Ouro*. Cf. *Obra completa*. vol. I, p.49. Ver também: SARMIENTO, Domingo Faustino. Sobre la lectura de periódicos. In: *Obras completas*. vol. LXIII. Buenos Aires: Editorial Luz del día, 1948.

11

HABERMAS, Jurgen. *The structural transformation of the public sphere*. Trad. Thomas Burger. Cambridge: The MIT Press, 1999. p.23.

12

RAMOS, Julio. *Desencuentros de la modernidad en América Latina: literatura y política en el siglo XX*. México: Fondo de Cultura Económica, 1989.

que alguém já vivesse nessa abençoada terra do produto de obras literárias".¹⁰ Logo a seguir, inverte o argumento, localizando uma das causas do atraso cultural do Brasil na impossibilidade de profissionalização do escritor, que é forçado a dedicar-se às letras como diletante.

Ou seja, o problema que esses escritores identificam é a dificuldade de constituição nas suas sociedades de um público, composto, como lembra Habermas, principalmente por "juristas (...) doutores, pastores, funcionários, professores universitários e 'acadêmicos', que se encontrariam no topo da hierarquia, que iria até a professores de escola e escribas e chegaria ao 'povo'.¹¹

É só no final do século XIX que essa opinião pública começa efetivamente a se formar na América Latina. Tal processo também não deixa de encontrar obstáculos significativos pela frente. Como percebe Julio Ramos, ao tratar de desenvolvimento paralelo, se procura no período autonomizar a arte e a literatura diante do político, sem que se conte com bases institucionais seguras para tanto. Em outras palavras, numa situação de desenvolvimento desigual, se combinaria o esforço da literatura para "autonomizar-se, es decir, precisar su campo de autoridad social" à "*imposibilidad* de su institucionalización".¹²

Mesmo assim, nos últimos anos do século XIX não deixa de aparecer uma opinião pública na América Latina. Não por acaso, como mostra Sabato, até esse período, uma certa cidadania podia conviver na região com uma sociedade hierárquica. Mais especificamente, é apenas quando a sociedade de classes se instala definitivamente na região que a proclamação de direitos iguais passa a se chocar diretamente com uma ordem social desigual. Em outras palavras, o trabalho de Sabato tem o enorme mérito de abrir caminho para historicizar o ponto principal da tese de Marshall: a tensão na relação entre igualdade de direitos e desigualdade social.